

Incerteza reduz investimentos na Zona Franca

Projeto que prevê renovação por 50 anos de benefícios para empresas enfrenta dificuldades para ser votado na Câmara



Marcelo Rehder
ESPECIAL PARA O ESTADO

A estagnação da economia e as incertezas sobre o futuro do modelo de incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus (ZFM) fizeram cair quase pela metade o valor dos novos projetos de investimento para instalação e ampliação de fábricas na região. Os projetos aprovados este ano somam US\$ 3,5 bilhões, ante US\$ 6,3 bilhões em 2012, o que representa um recuo de 44,4%, de acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O impasse na votação na Câmara Federal da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata da prorrogação por mais 50 anos dos incentivos fiscais concedidos à Zona Franca disparou a luz amarela para os investimentos. Sem a aprovação da matéria, os benefícios valem até 2023. “Estamos falando de apenas dez anos”, diz Wilson Perico,

presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam). “Ninguém vai aportar recursos aqui se não tiver uma garantia de continuidade.” Promessa de campanha da presidente Dilma Rousseff, a PEC da Zona Franca de Manaus foi encaminhada ao Congresso Nacional em 2011. O governo entende que os subsídios à ZFM continuam sendo essenciais para o desenvolvimento da região e preservação da floresta Amazônica. A matéria, no entanto, é polêmica. Ela foi retirada da pauta de votação na Câmara duas vezes, a última no mês passado. Parlamentares do Sul e Sude-

te, principalmente de São Paulo, querem incluir na proposta a prorrogação por igual período de 50 anos dos benefícios da Lei de Informática, que vencem 2019. O Ministério da Fazenda resiste por considerar que a prorrogação desses benefícios traria uma elevada a renúncia fiscal para o governo federal.

Equilíbrio. A Lei da Informática concede redução de impostos para produção desses bens, incluindo telefone celular, em todo o País e não somente para a Zona Franca de Manaus. Empresários do setor defendem a manutenção do atual equilíbrio da produção em todo o território nacional, de forma a evitar que as empresas que estão sob o guarda-chuva da Lei de Informática percam a capacidade de competir, obrigando-as a se transferir para Manaus ou a sair do País. “Se prorrogar somente a Zona Franca, sem tomar o cuidado de fazer uma prorrogação equivalente da Lei de Informática, vai se criar uma insegurança para quem quer investir no resto do País num setor estratégico”, afirma Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

De qualquer forma, a entidade critica a iniciativa do governo federal. “No nosso entendimento, uma prorrogação por meio século de qualquer política de governo, seja ela para desenvolvimento regional ou para desenvolvimento setorial, fere as práticas de uma boa administração pública”, diz Barbato. “O governo não pode fazer políticas prevendo que elas sejam eficientes por tanto tempo.” Com mais de 600 indústrias instaladas, que empregam qua-



ALBERTO CESAR ARAUJO/ESTADÃO-12/8/2000

Queda. Projetos aprovados neste ano somam US\$ 3,5 bilhões, queda de 44,4% sobre 2012

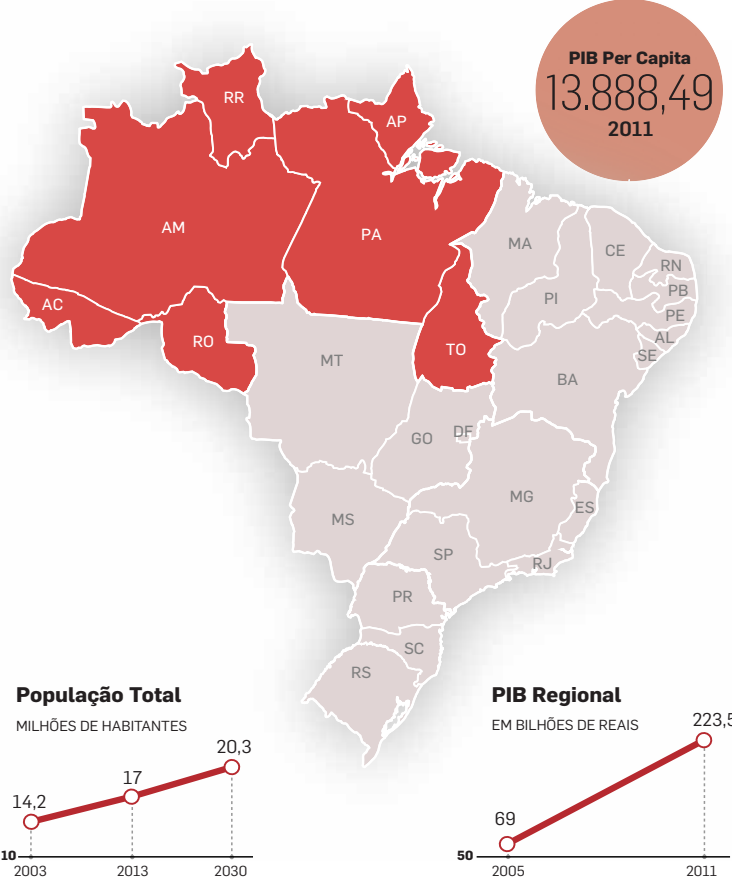
se 112 mil trabalhadores, a ZFM avança em informática. Os principais segmentos são o de eletroeletrônicos e de duas rodas, responsáveis, respectivamente, por 33,5% e 17,5% do faturamento atual. Os bens de informática já representam quase 16% do faturamento, ante uma participação de 11,7% em 2012. Até outubro, o conjunto de indústrias da Zona Franca faturou mais de R\$ 67 bilhões, o que representa crescimento da ordem de 11% em relação a igual período do ano passado, sem considerar a inflação. “Os números são muito bons, mesmo levando-se em consideração o momento ainda de recuperação do setor de duas rodas”, avalia Thomaz Nogueira, superintendente da Suframa. Nogueira acredita que a prorrogação se resolverá no curto pra-

zo. “Essa decisão já tinha que ter sido tomada”, diz ele. “Isso realmente traz uma preocupação em termos de investimento. Posso dizer que passo boa parte do meu tempo atendendo empresas que gostariam de uma avaliação de perspectiva do processo de prorrogação.” Nas cinco reuniões deste ano, o Conselho da Suframa aprovou 221 projetos industriais e de serviços, que preveem a criação de 5 mil vagas nos próximos três anos. Em 2012, os números eram mais polpidos: 269 projetos, com criação de mais de 15 mil empregos. Além da queda pela metade no valor dos investimentos, nada garante que os novos projetos vão sair do papel, diz o presidente do Cieam. “As empresas têm dois anos para efetivar o investimento, com possibilidade

de ainda pedir prorrogação” argumenta Perico. Uma das companhias que tiveram projetos aprovados em 2013 foi a chinesa Lenovo, maior fabricante de computadores pessoais do mundo. Com a aquisição da CCE, efetivada em janeiro, a companhia alcançou a liderança desse mercado também no Brasil. “Tivemos vários projetos aprovados para as linhas de produção de TVs com tela de cristal líquido, computadores, tablets e lâmpadas LED”, diz Rogério Fleury, diretor de produtos da Lenovo/CCE. A companhia prevê aumento de produção em todos os segmentos em que atua. Em tablets, por exemplo, deve fechar com o ano com produção de 1,7 milhão de unidades e pretende fabricar mais de 2 milhões em 2014.

O NORTE EM NÚMEROS

● Apesar de ter a menor participação da produção de riquezas do País, a região progride a passos largos



FONTE: IBGE

	RONDÔNIA	ACRE	AMAZONAS	RORAIMA	PARÁ	AMAPÁ	TOCANTINS
ÁREA (KM²)	237.590	164.123	1.559.159	224.300	1.247.954	142.828	277.720
POPULAÇÃO (EM MILHÕES DE HABITANTES)	1,7	0,77	3,8	0,48	7,9	0,73	1,47
PIB* (EM BILHÕES DE REAIS)	27,8	8,7	64,5	6,9	88,4	8,9	18
RENDIA PER CAPITA 2010 (R\$ REAIS)	17.659,33	11.782,59	18.244,30	15.105,86	11.493,73	13.105,24	12.891,19
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)**	0,690	0,663	0,674	0,707	0,646	0,708	0,699

*Contas Regionais do Brasil 2010 **Pnad 2011

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Região é a nova fronteira agroindustrial brasileira

O PIB regional foi o que mais cresceu no País de 2002 a 2011, acumulando alta de 22%

Thiago Mattos

A economia da região Norte vem progredindo a passos largos. Entre 2002 e 2011, o PIB da região foi o que mais cresceu no País, registrando um avanço de 22%. Esse novo cenário de progresso vem sendo possibilitado por uma série de projetos de desenvolvimento que faz do Norte o caminho natural da ocupação territorial da nova fronteira agroindustrial brasileira. “O que seduz o investimento em projetos agropecuários de grande porte é a terra barata, as

boas condições climáticas, a infraestrutura e a existência de variedades adaptáveis de cultivo”, afirma Mauro Lopes, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Para ele, três rodovias detêm um papel fundamental na aceleração deste processo: a BR-163, que vai de Cuiabá (MT) a Santarém (PA) e tem um trecho em obras de pavimentação; a BR-364, que escoia a soja a partir de Cuiabá (MT) até o porto fluvial de Porto Velho (RO); e a BR-317, que cruza o Acre passando pela capital Rio Branco até Assis Brasil, na fronteira com o Peru. “Não existe nada tão promissor como a abertura da BR-317. Ela desempenhará o mesmo papel das BRs 163 e 364 e será uma via de grande ocupação territo-

rial do Brasil através da soja e do milho”, afirma. A melhoria nas condições logísticas do Norte acarreta um desenvolvimento inédito para os Estados da região. Como grande exportador do minério de ferro, o Pará terá um chance de alavancar sua agricultura, tal qual já ocorre com Rondônia, Estado que recebeu o avanço da fronteira agrícola e é produtor expressivo da pecuária bovina, além de estar plantando soja e milho e experimentando a integração lavoura-pecuária-silvicultura. Assim como esses Estados, o Amazonas vem se destacando na região e se beneficia de sua indústria de transformação. Acre, Amapá e Roraima têm os menores PIBs, mas os dois últimos Estados têm as maiores taxas de crescimento populacio-

nal do País. Tocantins tem um setor industrial ligado fortemente à produção agrícola e está em processo de expansão das lavouras de soja.

Esforços. Se por um lado há melhorias, é preciso reconhecer que uma mudança efetiva ainda demanda mais esforços. “A concentração brasileira é histórica e a desconcentração é

lenta e gradual”, diz Frederico Cunha, gerente de contas regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observando que cinco Estados brasileiros ainda detêm quase dois terços da economia. “Será bom para o País que os outros 22 Estados continuem conquistando mais espaço na economia brasileira. Isso se dá em uma parte da indústria por conta de incentivos fiscais e uma boa parte desses estados já usufruem de programas sociais que vem se desenvolvendo no Brasil”, afirma Cunha. Mesmo com sinais de uma expansão em progresso, o Norte carece de uma atenção para que seu ímpeto inicial de ascensão não seja arrefecido. No atual ritmo de crescimento médio de 3,5% ao ano, o PIB per capita da Região Norte, hoje

de R\$ 13.888, levaria mais de 14 anos para alcançar uma proporção de 75% do PIB per capita nacional, de R\$ 21.535. E o que calcula o coordenador de estudos regionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Guilherme Mendes Resende. “É necessário atuar em várias frentes para o aumento da produtividade do Norte, qualificando a mão de obra, melhorando a infraestrutura física e social, e tendo uma legislação que destrave os investimentos na região”, afirma. Segundo o pesquisador, o desenvolvimento das atividades produtivas na região é impactado negativamente por vários fatores, como questões ambientais restritivas, deficiência logística, atraso tecnológico, falta de crédito e falta de assistência técnica. “No geral, constata-se a baixa produtividade atual da maioria das cadeias produtivas da região.”

● **Avanço**
3,5%
é o crescimento médio anual do PIB per capita da Região Norte

R\$ 13.888
é o PIB per capita atual da região